

A contribuição da percepção do espaço construído para o entendimento dos processos e transformações das cidades

Autor: Reginaldo Magalhães de Almeida – Professor dos Cursos de Gestão Pública e Arquitetura do UNI-BH

Resumo

Cada vez mais os gestores públicos despertam para a relevância dos espaços construídos para as políticas urbanísticas e ambientais. Este artigo tem o objetivo de demonstrar a importância da percepção do espaço urbano para o entendimento dos processos e transformações das cidades. Pretende-se demonstrar através de um levantamento histórico do desenvolvimento das cidades que a forma que uma cidade possui é a forma de um tempo dela, e como tal, um aliado significativo das políticas públicas. Ao perceber essa forma, pode-se compreender um pouco mais sobre aqueles que a construíram. Assim sendo, entende-se que os espaços delimitados pela cidade são o cenário das manifestações dos cidadãos, podendo ser verificado nas diversas épocas da história, e que o levantamento desses aspectos pode contribuir na formulação das políticas públicas pelos gestores públicos.

Palavras chaves: espaço construído, percepção, simbolismo, cidades

Introdução

Um tema contemporâneo nas discussões das políticas urbanísticas e ambientais refere-se às ressonâncias que as atividades humanas promovem no ambiente construído e desde modo, ao perceber esse espaço pode-se compreender um pouco sobre as pessoas que o habitam.

Seja o que for que a percepção indique ou projete, o espaço de modo nenhum é dado por si próprio, sendo fomentado por um conjunto significativo de objetos, tanto naturais, como construídos pelo homem. Todo esse sistema, revestido da função arquitetônica, tratando-se de objeto concebido ou apropriado pelo homem, estabelece uma moldura espacial própria e representativa dos desejos, sejam do tipo que forem: tais como especulativos, opressores, democráticos, dentre outros.

Praticamente todo esse cenário de espacializações constitui um conjunto altamente complexo de sistemas espaciais, alguns subordinados, outros coordenados, uns tocando-se, outros atravessando ou rodeando outros ainda.

ARNKEIM (1988, p. 170) considera que *"o simbolismo começa em ação quando o projeto utiliza configurações que encerram um significado"*. No período medieval, por exemplo, existia uma forte tendência para evocar sempre, uma mensagem em toda a configuração pretendida. Com relação ao espaço construído, um exemplo significativo, seria a catedral gótica com todo o seu forte simbolismo evocativo.

A partir de meados do ano de 1966, Gregotti, arquiteto italiano, definiu a arquitetura da cidade como um "lugar simbólico". Conforme **ARANTES** (1995, p.96), Gregotti reinterpreta a noção de lugar como algo *"antropogeográfico, para além do mero espaço físico, algo delimitado e instaurado pela atividade simbolizadora do homem,"*. Em seu livro "O Território da Arquitetura", ele afirma *"Como no caso da linguagem, o ambiente circundante é o produto dos esforços da imaginação e da memória coletiva que se explicam e realizam por meio das obras que o sujeito constrói quando se defronta com o mundo e, também com a sociedade."* (1978, p.64)

Essa função do espaço construído como lugar simbólico, relaciona-se à memória coletiva, aos valores de um determinado grupo, inclusive na economia, dentre outros, de maneira que o lugar aparenta-se sempre como algo *"construído historicamente enquanto decisão de desatinação,"* (**GREGOTTI**, 1978, p.66).

Com certeza, é esse imaginário coletivo que parece ter se esgotado faz tempo, percebido isso na cultura dita moderna, de maneira que, em uma memória soterrada, no pensamento de Otilia Arantes, não parecem subsistir mais do que fragmentos de uma história desconexa, recapitulada à força pela retórica dos poderes constituídos, no intuito de fazer acreditar na existência de uma identidade há muito perdida. *"É aqui que supõe a pertinência ou não de uma estratégia de revalorização dos monumentos, de reconhecimento ou criação de fatos urbanos primários, simbólicos, pregnantes na vida e na imagem de uma determinada cidade, tudo isso com o futuro em mente."* (**ARANTES**, 1995, p.141).

Em período de globalização, vem ocorrendo através das iniciativas dos Estados e Instituições Privadas, ditos capitalistas modernos, investimentos em obras monumentais, justificadas pela ideologia da criação de lugares para o público. Porém, esses espaços acabam funcionando como vitrines, procurando de certa maneira despertar, em alguns aspectos o espírito cívico, o orgulho nacional, mas não obrigatoriamente

sendo motivador para a vida pública. Essas obras visam a remodelação de grandes espaços coletivos de uso da cidade, representando um expressivo market publicitário. (ARANTES, 1995)

O papel da apreensão no processo de conhecimento é fundamental, mas não se delinea como isolado. Fazem parte da apreensão um certo objeto real atividades como a sensação, a percepção, a imaginação, a intuição. As sensações são as responsáveis pela entrada em contato do indivíduo com o meio ambiente. A imagem visualmente percebida recupera uma série de características do objeto real. A imaginação pode ser entendida como uma atividade composta pela coordenação de imagens mentais e, por sua vez, a intuição do espaço que permite que haja, no contato mais primário com o mesmo, a inteligência necessária à organização de elementos naquele.

A percepção do espaço urbano como um todo a partir do seu exterior, fixa-se em geral nas relações entre espaço natural e espaço construído. Aí se expressam notadamente as características mais aparentes do sítio físico e as características arquitetônicas. Esta apreensão varia naturalmente com o ponto de vista do observador. Ela é, caracteristicamente cinética e progressiva, isto é, apreende o espaço urbano total pelo encadeamento de suas partes. Embora a forma física prevaleça na determinação dos efeitos, o espaço urbano, como espaço arquitetônico, não é jamais aprendido através da forma isolada, mas desta juntamente com o uso e o significado próprios a ele.

Neste artigo pretende-se demonstrar a importância que assume a percepção do estado das construções de determinado período histórico, podendo-se com isso descobrir boa parte dos processos e transformações que se verificaram dentro da sua própria estrutura. Desta maneira, será desenvolvido um levantamento histórico do desenvolvimento das cidades focando em sua estrutura física.

Os primórdios

Ao longo da proteção fornecida pelas fortificações em tijolo cerâmico ou em pedra, a vida da cidade antiga borbilhava em torno de um significado místico, no qual possivelmente, atribuía ao espaço urbano o sentido da morada dos deuses, lar das divindades, da abundância, da proteção das intempéries, fortalecendo o seu poder de ajuntamento das pessoas, em busca de proteção. Para MUMFORD (1982, p. 58) "*Os símbolos esculturais ... elevavam a cidade muito acima da aldeia ou do pequeno povoado rural. Sem os sagrados poderes que se achavam contidos dentro do palácio e do recinto do templo, a cidade antiga teria sido sem finalidade sem significado*".

Ao longo do estabelecimento dos poderes pelo rei (representante ou mesmo o próprio deus), com a conseqüente ampliação da área de comunicação e unificação do comportamento através dos regulamentos, a vida prosperava, atingindo um grau como jamais houvera. Deste os primórdios da civilização urbana, coexistiam além dos aspectos físicos da cidade, aqueles de natureza mística. Destaca-se também a importância do simbolismo atribuído ao rei, por vezes no papel de sacerdote, no processo de sedimentação das cidades da antigüidade. Esse simbolismo continuará por toda a história da civilização, e refletirá diretamente no cenário urbano, até os dias atuais.

Do séc. VI em diante, as cidades gregas se desenvolveram ao longo de duas linhas: a primeira em grande parte espontânea, irregular, principalmente no continente grego e nas suas ilhas e no segundo caso, mais ou menos sistemática e rigorosa como nas pólis da Jônia, na Ásia Menor. Nessa, o espírito da ágora dominava, e no primeiro caso, era o espírito da acrópole que predominava.

Nas cidades gregas, a prioridade dos espaços, edifícios e lugares públicos sobre o tecido residencial decorre certamente do sistema social. Nelas, os templos se destinavam não para habitar ou utilizar, mas principalmente para serem adorados pela visão, ou seja, edifícios para serem vistos. Por exemplo, o seu lugar na estrutura urbana exigia visibilidade e evidência e para tal, o acesso era organizado em percursos sinuosos, com várias possibilidades de vistas e em diferença de cota, na qual o observador tinha a faculdade descobrir o monumento de pontos inferiores, reforçando o efeito de monumentalidade. O acesso ao Parthenon exemplifica este modo de conceber o espaço, criando simultaneamente o percurso e a valorização visual. Nessa época então, já se buscava usar a arquitetura como expressão de um simbolismo, baseado nas aspirações aqui religiosas de uma cultura. A ágora grega, era o espaço "*onde os cidadãos eram ao mesmo tempo atores e espectadores*" (ARANTES, 1995, p.122).

Esse cenário, proporcionado na ágora propagou-se com o desenvolvimento da cidade helenística a outras partes do cenário urbano, sendo que "*a longa avenida e a contínua galeria aberta eram expressões dela : algumas vezes, com colunas agrupadas formando um ponto terminal para o olhar, nos grandes cruzamentos de ruas , mais ou menos do mesmo modo que os obeliscos mais tarde foram utilizados na cidade barroca*" (MUMFORD, 1982, p. 220):.

Embora admitindo as outras necessidades, é preciso não esquecer que cada vez mais a circulação exigia espaço na cidade. Tal processo foi incentivado não apenas pelo transporte de mercadorias e alimentos,

para um número maior de pessoas, mas também pelos grandes exércitos de ocupação, quando não mais existia a força dispersa de cidadãos. Com o movimento ordenado, surgiram duas características arquitetônicas onde cidade helênica praticamente não mostrava ter consciência: a perspectiva e o eixo longo, as quais serão decodificadas pelos arquitetos do renascimento, como veremos mais a frente. Em vez de obter uma visão geral da cidade penetrando nela, pouco a pouco, vagando por ela, subindo à acrópole em ziguezague e, assim, abrangendo-a de cada direção e em cada nível, a avenida dá uma parcela longitudinal uniforme da cidade, num único nível. Também complementando esse aspecto, a fachada contínua, pórticos ou edifícios de igual altura, as colunas sequenciais ou as frentes repetidas por toda a extensão da avenida, produzem precisamente a mesma impressão estética, em qualquer ponto. O edifício público helenístico devia ser abordado por uma avenida principal : mesmo que feche esta avenida, o edifício pode ser divisado permanecendo-se de pé a respeitosa distância. Nota-se aqui que esse elemento assume papel fundamental no espaço da cidade.

“Assim, a cidade helenística tornou-se um mostruário onde o poder dos governantes, dinástico ou mercantil, era posto em exibição, tanto para temor de seus súditos, quanto para entretê-los” (MUMFORD, 1982, p. 224). Os arquitetos trabalharam com a intenção de alcançar imponentes efeitos estéticos, não apenas em edifícios isolados, mas na inter-relação, tanto entre si como com o sítio. O monumentalismo passou a ser o aspecto estético fundamental da cidade helenística, e isso refletia no cenário urbano.

As cidades nesse período adquiriram maior aparato e cuidado ambiental. As perspectivas tornam-se elaboradas e procuram o espetáculo, requintados efeitos cênicos. Estes exemplos serão copiados e transportados para a cultura romana: as concepções urbanísticas, monumentais e espetaculares e de grande integração entre o desenho urbano e a arquitetura. O simbolismo da cidade helenística servirá como nunca ao espírito romano de monumentalismo.

A cidade como representação do mercado

Praticamente à partir do séc. XIII, as cidades medievais já estavam consolidadas. As novas instituições que começaram a dominar a cidade reduziram a antiga influência da abadia e do castelo e o tema dos três séculos seguintes não foi o isolamento, a autoridade e a segurança, mas a liberdade, o envolvimento, o desafio, a aventura. Novos elementos dinâmicos introduziram-se na cidade, criando tensões e pressões que se acham bem simbolizadas na estrutura das novas catedrais góticas, que

sacrificavam a estabilidade da parede a fim de deixar o interior aberto a uma enchente de luz, de profundo conteúdo simbólico.

Procurava-se em toda a cidade, a concepção dessa como uma obra de arte, onde até as partes de uma estrutura sagrada que podiam ficar invisíveis ainda assim eram acabadas com se fossem plenamente visíveis.

Por sua vez, a muralha, os portões e o núcleo cívico determinavam as principais linhas de circulação. A primeira, era concebida como um símbolo, tanto quanto as torres das igrejas, e não apenas como uma utilidade meramente militar. A praça de mercado, para onde confluíam as principais ruas, reinvestiu as funções do antigo fórum ou ágora clássicos, exemplificando bem como uma nova concepção cultural pode dar funções diferenciadas a um mesmo espaço.

A muralha delimitava a cidade ajudando a caracterizar a sua forte imagem e forma. Por sua vez, *“A rua é o elemento base do espaço medieval. A rua é também extensão do mercado e nela se negocia, compra e vende”* (GARCIA LAMAS, 2000, p. 152). Em torno desse espaço a vida da sociedade medieval iria estar representada. Além disso, complementando essa estrutura imaginética, os edifícios para o comércio e habitação, regulares e uniformes, lindeiros às vias, formavam um pano de fundo da estrutura urbana, juntamente com a imponência dos edifícios religiosos, que muito ajudavam a caracterizar o espaço simbólico das cidades.

A diversidade de formas e imagens assim obtidas produziu efeitos cênicos, volumétricos e visuais muito diversificados. Com efeito, a forma urbana medieval vai permanecer nas cidades européias e servir de referência na medida em que irá simbolizar a estrutura orgânica.

O prelúdio do simulacro

A partir do século XIV, o divino e o supraterrâneo, começam a ceder lugar ao humano e ao natural. O renascimento procurou estabelecer um quadro intelectual de mudança e ao misticismo medieval, assumindo novos preceitos na pintura, na escultura, na arquitetura e no urbanismo. Embora, há de se considerar que em muitos aspectos houve uma continuação das idéias surgidas no período anterior.

Os novos esquemas arquitetônicos e urbanísticos são, numa primeira fase, desenvolvidos através dos cenários da pintura. São os pintores quem primeiro constroem o espaço urbano. Assim, eles vão explorando a recém-descoberta ciência da perspectiva, desenhando as paisagens urbanas que serão realizadas nos séculos seguintes. Percebe-se nisso a estreita relação dos elementos pictóricos com o cenário urbano. Mas o urbanismo do renascimento limitou-se concretamente à expansão das áreas urbanas existentes ou em sua remodelação.

Importante é que “*Os usos físicos dos espaços renascentistas serviam freqüentemente a fins estéticos e simbólicos*”.(ANDERSON, 1981, p.181). O simbolismo passou a ser fortemente alimentado principalmente pelo estudo mais profundo dos textos de Vitruvio por volta do ano de 1414, o qual aumentou consideravelmente o ímpeto no campo da arquitetura e do urbanismo. As interpretações da teoria vitruviana no plano urbano coincidem geralmente em assinalar uma forma ideal radiocêntrica, encerrada por uma muralha defensiva octogonal; oito ruas radiais conduzem a torres situadas nos vértices do octógono e as entradas situadas nas faces da figura geométrica. A área destinada ao fórum principal devia estar no centro, enquanto outros espaços abertos secundários deveriam situar-se em cada setor. Pode-se ver nas próprias cidades planejadas e construídas nessa época o forte simbolismo no plano da cidade. Importante é que a integração entre a arquitetura e o urbanismo existirá desde o início do renascimento até o século XIX. Todavia a arquitetura absorve primeiro os novos conceitos, do que o urbanismo propriamente dito.

Até o séc XVII, a nova tradição na construção, simulando antigas formas clássicas, outra vez para expressar novas instituições e sentimentos, produziu um novo senso de amplitude, claridade e ordem formal. A aparente desordem visual que tinha sido tolerada na cidade antiga cedeu lugar a um costume formal da arquitetura e do urbanismo.

As operações urbanísticas do renascimento definirão não só uma nova imagem da cidade, mas vão estabelecer também uma nova representação do espaço urbano, agora segundo uma ordem constituída pelas aspirações políticas de uma nova classe dominante. No lugar da clausura espacial da praça medieval, expressão de sua função comunitária e centrípeta se abria a praça da igreja para um horizonte ilimitado. Foi a partir do renascimento, portanto, que a cidade passou a ser desenhada também como um mecanismo óptico. A perspectiva corresponde exatamente ao desejo de percursos retilíneos, de visuais, de distâncias claramente mensuráveis, a eliminação da surpresa, da casualidade. dentre outras.

Aproximadamente, do século XV ao XVIII, tomou forma na Europa um novo complexo de traços culturais, iniciado com o Renascimento. A forma e o conteúdo da vida urbana em consequência disso foram radicalmente alterados, com o novo padrão de existência que brotava de uma economia, o capitalismo mercantilista; bem como de uma nova estrutura política, personificada num Estado Nacional.

Os urbanistas e construtores desse período puseram de lado as apinhadas muralhas, derrubando telheiros, penetrando nos becos tortuosos, a fim de construir uma rua reta ou uma praça retangular aberta. Estamos tratando, antes, de uma espécie de classificação geométrica do espírito, que se vinha verificando havia muitas gerações e que procurava não apenas uma mudança em grande escala, mas uma modificação, por pequenas partes, da cidade histórica.

O movimento crescente de veículos de roda que viria desempenhar papel crítico; e a generalizada geometrização do espaço, tão característica do período, sendo que teria sido inteiramente sem função, não houvesse facilitado o movimento do tráfego e do transporte, ao mesmo tempo em que servia como manifestação do sentido dominante de vida.

As intervenções das cidades barrocas, no sentido formal, constituíam uma personificação do drama e ritual predominante que tomou forma na corte: era, com efeito, um aformoseamento coletivo dos modos e dos gostos do palácio. A corte era um mundo em si mesmo, mas um mundo no qual todas as duras realidades da vida eram mostradas numa lente de diminuição e ampliadas todas as suas frivolidades.

Em contraste com a arte do renascimento, que tende à imobilidade de todas as coisas, o barroco manifesta, desde o início, um grande sentido de direção e movimento. “*O barroco recorre ao poder da emoção para comover e subjugar com a força dos impacto*” (GARCIA LAMAS, 2000, p.402).

O monumento, peça individual, arquitetônica e escultórica com posicionamento destacado, é gerador da forma urbana, juntamente com a integração espacial e o simbolismo do espaço. Como exemplo, a Praça de São Pedro de Bernini.

Com relação ao cotidiano, a vida na sociedade barroca celebrava continuamente os mais diversos tipos de festa. As procissões eram autênticos teatros ambulantes onde figuras alegóricas, cristãs e pagãs

caminhavam juntas. As grandes festas religiosas e reais transformavam-se em óperas líricas: a quantidade de fogos de artifício lançados impressionava, e isso, o impressionar era o objetivo fundamental.

Da expansão horizontal a vertical

O século XIX caracteriza-se pela continuidade da cidade clássica, pelo aparecimento de novas tipologias urbanas que vão preparando a cidade moderna e pelo simulacro presente nas formas arquitetônicas. É um período caracterizado pela industrialização e pelo forte crescimento demográfico. No desenho da cidade vão continuar as regras tradicionais de composição do espaço e de relacionamento das suas partes. A ruptura que ocorre é de dimensão, de escala e na forma geral da cidade que de fisicamente delimitada, passa a se alastrar pelo território, dando início ao aparecimento de ocupações diversas e a indefinição dos perímetros urbanos.

Na cidade industrial, o desequilíbrio entre a oferta e procura de alojamentos abre caminho à sobreposição dos interesses econômicos sobre o desenho urbano. No seu conjunto, a experimentação urbanística da segunda metade do séc. XIX, representará a resposta às transformações sociais, econômicas e demográficas da revolução industrial. A ampliação da estrutura em grade urbana com a intervenção direta da especulação (a qual assumirá o controle da cidade) e o sistema de transportes públicos foram as duas principais atividades que deram predominância às formas capitalistas na cidade crescente do século XIX e configuraram as áreas públicas como as ruas.

A igreja e o palácio, por sua vez, perderam sua importância como temas principais e foram substituídos por museus, teatros, fábricas, como grandes estruturas de ferro e vidro, dando novo conceito ao espaço aberto e dinâmico.

A ferrovia era o principal meio de transporte de mercadorias por ligar os centros urbanos, sendo que ao longo de seus trilhos muitas cidades se formaram e expandiram.

O desenvolvimento de certos equipamentos na metade desse século promoverá mudanças significativas na paisagem e na configuração das ruas. Mudanças essas que, em um curto período de tempo, promoverão grandes repercussões, nunca antes imaginadas no espaço urbano.

Um fato torna-se fundamental para mudar de vez o perfil do espaço urbano. As repercussões relativas à expansão horizontal da cidade comercial, no séc. XIX, aplicam-se igualmente à sua expansão vertical por meio do elevador, principal equipamento responsável pelo surgimento do maior símbolo do modernismo, o arranha-céu. Quando mais alto o edifício, maior o status de progresso.

Após a 2ª guerra mundial, até os anos 70, a reconstrução das cidades e as tremendas necessidades habitacionais (industrialização e fenômenos sociais) irão precisar de habitações, bairros, novas cidades e reconstruirão os centros urbanos, em quantidades e ritmos nunca antes conhecidos. Encontrava respaldo então a recusa a cidade tradicional, das suas formas e da sua configuração, e a procura de novos modelos de organização do espaço urbano, que atendiam à rápida necessidade de construção e de modernização. Para **GARCIA LAMAS**, "*a lógica do funcionalismo, não sendo nenhuma novidade (desde Vitruvio que existem preocupações funcionalistas), vai exercer grande influência*". no espaço construído (2000, p.303).

O modernismo rompe com sistema tradicional de significação arquitetônica e urbano. Enquanto a cidade pré-industrial barroca ordena os valores do público e do privado, justapondo convenções arquitetônicas de repetição e de exceção, a cidade modernista é concebida como a antítese, tanto desse modo de representação quanto da ordem política que este pretende representar. Postulando a primazia do espaço aberto, da clareza volumétrica, da forma pura e da abstração geométrica, o modernismo dá origem a um novo vocabulário formal, que sem dúvida refletirá na configuração das cidades.

Considerações finais

Nos itens anteriores procurou-se demonstrar que quanto mais a cultura de um povo desenvolve, tanto mais explicitamente o seu espaço construído serve à necessidade de um simbolismo que o faz ser o portador de uma proposta visual ampla.

Observa-se que quanto maior é a ligação de um símbolo tradicional a uma imagem material de um objeto, tanto mais convincente aparece para nós a possibilidade de sobrevivência maior as mudanças verificadas na cultura de um modo geral. Sendo assim, os símbolos não poderiam apoiar-se nas qualidades expressivas da experiência sensorial se esta experiência não fosse dotada de acentuações metafóricas na prática cotidiana.

Essa característica visual verifica-se, quando percorremos uma área urbana, onde facilmente vemos modos de vida refletidos em cada edifício, alguns sendo mais claros, poderosos, outros confusos, uns pretensiosos, outros humildes, absolutos ou arrojados, despojados ou exuberantes. Se passarmos por uma avenida como, por exemplo, a Paulista, veremos que se trata de uma área comercial, financeira, de alto poder aquisitivo (logicamente que essas percepções irão variar de acordo com os conhecimentos a priori do sujeito, mas a aparência será a mesma para qualquer um, ou seja, uma grande avenida, com edifícios de grande altura, com uma grande ocupação do terreno, com fachadas de vidro refletivo, placas luminosas, muito granito, etc...).

Portanto, não se pode realmente dar a verdadeira notoriedade à aparência dos objetos arquitetônicos tratando-os simplesmente como relações desligadas, como se existissem meramente para serem olhados, ou mesmo sem função, sem possuírem a capacidade de projetar e mesmo influenciar as pessoas, pese as agitações características de nossa contemporaneidade. **ARNKEIM** (1988, p. 217) que "*esses objetos não apenas refletem as atitudes das pessoas por quem e para quem foram construídos, como também modelam ativamente o comportamento humano*". Basta andar em uma cidade como Belo Horizonte, para encontrar essas relações, verificando o estado de sensações proporcionados pelos diversos ambientes da cidade. São, sem dúvida nenhuma, diferentes as percepções, estando em uma rua como a Pernambuco ou em outra como a Av. Paraná, próximo à rodoviária. Tais aspectos devem ser considerados quando da formulação das políticas públicas voltadas para o meio urbano, principalmente ao considerar que as cidades cada vez mais buscam se destacar no cenário mundial e como tal, as ações de qualificação ambiental e de empatia da população são consideradas fundamentais.

Alguns autores como **CASTELLS** (1995) e **BORJA** (1996) afirmam que as grandes cidades contemporâneas necessitam para sobreviverem, inserirem na globalização e nesse aspecto a percepção da cidade pelos seus habitantes assume um papel relevante. Para o geógrafo e professor David Harvey "*...a aparência de uma cidade e o modo como os seus espaços se organizam formam uma base material a partir da qual é possível pensar, avaliar e realizar uma gama de possíveis sensações e práticas sociais*" **HARVEY** (2004, p. 45). Aqui, ele estabelece a importância que tem os objetos arquitetônicos na realização do fato urbano, onde a aparência pode fornecer então elementos fundamentais para compreendermos uma determinada sociedade em determinado tempo.

Esta mesma aparência resultante do espaço urbano, substanciado também como representação de fenômeno socio-cultural, pode ser considerada como ponto de partida no processo de conhecimento do

espaço urbano. Aprender as manifestações externas do espaço urbano é apenas uma etapa, dentro de todo um sistema possível de entendimento de sua dinâmica.

Na cidade moderna, com o uso do automóvel e dos grandes edifícios, o espaço construído mudou de proporção e de filosofia. Em sua estrutura, sofreu grandes influências provocadas pelo tráfego horizontal (a partir de meados do séc. XIX), promovido pela circulação de mercadorias e pelos avanços tecnológicos e finalmente pelo tráfego vertical, com o aperfeiçoamento dos elevadores e dos materiais de construção, que possibilitavam prédios cada vez mais altos, gerando por sua vez maior circulação de pessoas e veículos.

Ao vermos a cidade moderna, com suas ruas abarrotadas de prédios, de carros, de violência, sentimos o desejo da população do resgate dos princípios que nortearam os espaços da cidade tradicional. O espaço simbólico das ruas continua o mesmo, as funções básicas continuam, o que mudaram foram as proporções, ou aspectos tecnológicos, mas o seu poder de representar a cultura respectiva é visível, e dela podemos extrair inúmeras informações.

Ao se propor, políticas voltadas para o meio urbano, deve-se ter em mente que os espaços delimitados pela cidade são o cenário das manifestações da sua população, consolidadas em sua estrutura física. A mesma, por exemplo, estampa as vitórias e derrotas das lutas sociais das diversas épocas da história. Portanto, a percepção do espaço urbano para o entendimento dos processos e transformações das cidades torna-se importante para seu entendimento e como tal para servir de base aos gestores públicos na formulação das políticas urbanísticas e ambientais.

Referências bibliográficas

ANDERSON, Stanford (org). Calles. Problemas de estructura y disenõ. Editorial Gustavo Gili S.A., Barcelona, 1981.

ARANTES, Otília Beatriz Fiori. O Lugar da Arquitetura depois dos Modernos. São Paulo : Editora Universidade de São Paulo, 1995.

ARNKEIM, Rudolff. A Dinâmica da Forma Arquitetônica. Editora Presença Ltda : Lisboa, 1988

BORJA, Jordi. "Políticas da Europa e dos Estados para as cidades". *Espaço & Debates*, ano XVI, n.39, p.32-47, 1996.

BROADENT, Geoffrey. *Emerging Concepts in urban space design* New York : Van Nostrand Reinhold, 1990.

CASTELLS, M. *La ciudad informacional*. Tecnologías de la información, reestructuración económica y el proceso urbano-regional. Madrid: Alianza Editorial, 1995.

GARCIA LAMAS, Jose Manuel Ressano. *Morfologia Urbana e desenho da cidade*. Lisboa : Fundação Colouste Gullienkian, 2000.

GREGOTTI, Vittorio. *Território da Arquitetura*. São Paulo : Editora USP, 1978.

HARVEY, David. *Condição Pós-Moderna*. São Paulo, 2004.

MUMFORD, Lewis. *A cidade na História, suas origens transformações e perspectivas*. São Paulo. Ed. Martins Fontes, 1982.